

## Merleau-Ponty e Lévi-Strauss: narradores do sensível?

Abrahão Costa Andrade – UFRN

### RESUMO

O presente artigo recorda a distinção entre mito e razão para logo em seguida questioná-la à luz das contribuições teóricas e filosóficas de Merleau-Ponty e CLaude Lévi-Strauss.

Palavras-chave: Merleau-Ponty. Lévi-Strauss. Mito. Razão.

### ABSTRACT

This article draws a distinction between myth and reason and then as soon to question it in light of philosophical and theoretical contributions of Merleau-Ponty and Claude Lévi-Strauss.

Keywords: Merleau-Ponty. Lévi-Strauss. Myth. Reason.

Colocar uma interrogação no título deste evento foi resposta que encontrei para propor, nesta ocasião, alguns pedaços de reflexão que possam ser apresentados como provocação ao debate. Quem quer que tenha sugerido esse sintagma – “narradores do sensível” – para referir-se a um fenomenólogo e a um etnólogo, sem dúvida o fez de um modo que, a nosso juízo, pudéssemos vê-lo oscilar entre uma baita ingenuidade e um lance de veraz intuição genial, lance para o qual o trabalho da ironia não é nem poderia ser indiferente.

Assim, face a este sintagma “narradores do sensível”, entre o genial e o ingênuo, resta-me, como filósofo, e ainda mais, como hermeneuta, sondar os signos que o compõem e interrogar as manchas de pensamento que, pregnantas, porventura se guardem no tecido do que assim se enuncia. O que é o mesmo dizer: para mim, interessa saber, se é verdade que narrar é uma função do mitógrafo, uma vez que em grego “narração” se diz “*mythos*”, e o mito se opõe – mas por quem? e até quando? – ao logos, presente já na designação daqueles profissionais, o **etnólogo** e o **fenomenólogo**, então em que sentido eles, que usam o logos e o põem como um horizonte desejável de inteligibilidade, em que sentido eles podem ainda assim ser chamados de “narradores”; e por que “do sensível”.

Se tivermos tempo, saberemos ver que nisto estão em jogo toda a situação atual da filosofia contemporânea e também sua prestação de contas, tanto à tradição do pensamento ocidental, com quem ela mantém, como herdeira, uma relação ambígua de atração e repulsa; quanto às forças moventes da história do mundo atual, desde o advento da guerra de 1914, essa semente de um monstro maior, aquele que fora a segunda grande guerra do século XX, e de cujos vestígios estamos longe de estarmos livres, agora em pleno século XXI, quando a guerra continua “tendo lugar”.

Ou seja, há algo aqui, entre o pensar do logos e o narrar do mito, que nos sobrevém com toda relevância, digamos, “historial”, para além de toda aparência de uma mera situação acadêmica de congratulações vazias e auto-promoção por meio do elogio das grandes mentes (mortas, como Maurice Merleau-Ponty; ou sobreviventes, como Claude Lévi-Strass). Mas vamos com calma. O que se tem a dizer de mais urgente nem sempre é o que vem em primeiro lugar.

Por isso, três serão os passos da tarefa que a mim me incubo ao aceitar, não sem algum sentimento de impertinência, o convite para estar presente neste evento. São elas, as tarefas: 1. Responder por que soaria ingênuo designar Maurice Merleau-Ponty e, sobretudo, Claude Lévi-Strauss como “narradores” e narradores “do sensível”; 2. Desmontar o pressuposto que sustentaria aquela acusação de ingenuidade, uma vez que é esse pressuposto, amigo do pensamento dualista, que começa por separar o homem e a natureza, natureza e cultura, cultura filosófica e não-filosófica, inteligível e sensível, crítica e ingenuidade; é este pressuposto o que precisa ser posto e exposto à exigência de uma reformulação completa e radical, e que o foi em primeiro lugar por Lévi-Strauss e Merleau-Ponty; e 3) especificar o sentido e a necessidade de um fenomenólogo e um etnólogo serem, também, com total direito, “narradores”, e “narradores do sensível”.

#### 1.

O ar de ingenuidade, ao chamar um fenomenólogo e um etnólogo de “narradores”, se deixa respirar pela oposição freqüente e o pressuposto assumido de uma diferença radical e originária entre o logos (do lado do inteligível) e o mito (do lado do sensível). O fenomenólogo, sim, pensa o que aparece, o fenômeno; mas o fenômeno não é o mero sensível no nível de uma aparição empírica, segundo uma “atitude natural” que supõe apreender as coisas nelas mesmas, quando no fundo se apanha, com essa apreensão, somente alfaias desajeitadas de um mundo em perspectiva. O fenômeno do fenomenólogo nada tem de “mero sensível”, mas se deixa apanhar *depois* de certa redução, aquela que desfaz a arbitrariedade do sensível para apanhá-lo em sua essência, quer dizer, apanhá-lo na forma pela qual a sensibilidade do sensível se deixa ver em seu todo, e assim se deixa pensar em toda a sua *concretude*.

Em outras palavras, o fenomenólogo, aquele tipo de pensador que resolve voltar às coisas mesmas, e confessa sua paixão pelo concreto, nem por isso é menos filósofo, ou seja, nem por isso se deixa fugar menos por aquela acusação, famosa para os filósofos, de inverter o curso natural das coisas sob o pretexto de apresentá-las sob melhor significação. O “melhor” aí se colocando do lado do “mais inteligível”; do “mais puro”; do “mais sistemático”; do “mais lógico”.

Dir-se-ia, porém, que estamos pensando muito mais em Husserl do que em Merleau-Ponty. Mas se seria o caso de marcar a diferença entre um predecessor e um sucessor, seria também com maior razão que não aceitaríamos o vínculo entre a antropologia do sensível de um Marcel Mauss e a etnologia de Claude Lévi-Strauss, para vincar, com a sede de inteligibilidade deste último, a ingenuidade de quem quisesse chamá-lo de “narrador”, e “narrador do sensível”. Com efeito, quando, em *O pensamento selvagem*, o etnólogo francês procura se desfazer das concepções estereotipadas de alguns de seus pares a respeito do pensamento dos povos habitantes da selva, descartando categorias como a da “mentalidade pré-lógica”, e encarando a variedade concreta e multifacetada do pensamento dos povos ditos primitivos, é com a intenção de lhe descobrir, subjacente, uma lógica, uma “lógica concreta”, porém uma *lógica*, o que move o empenho do etnólogo.

“Sem dúvida, ressalta Lévi-Strauss, existe qualquer coisa de paradoxal na idéia de uma lógica cujos termos consistem em sobras e em pedaços, vestígios de processos psicológicos ou históricos e, como tais, desprovidos de necessidade. Contudo, quem diz lógica diz instauração de relações necessárias” (LEVI-STRAUSS, 2007, p. 51). E são bem essas “relações necessárias” o que interessam ao etnólogo, que encara essa variedade despedaçada de signos e coisas para encontrar-lhe uma coerência interna que, em termos de necessidade e abrangência, nada ficaria a dever à lógica das classificações do pensamento ocidental. Quer dizer, perspectivando seu heteróclito material de estudo sem desdenhar sua especificidade, como sói acontecer com todo bom estudioso da cultura alheia, ao etnólogo não interessa tanto o sensível pelo sensível, o concreto pelo concreto, mas muito mais o *quantum* de ordem e necessidade, numa palavra, o *quantum* de inteligibilidade presente naquele material.

Para ele, conhecer esse “objeto” aparentemente desprovido de sentido; conhecer essa aparente “falta de lógica” e mesmo esse “pensamento não-lógico” ou “pré-lógico”, é desbravar a aparência em busca de uma – *estrutura* profunda, mediante a qual se conquista uma sua apreensão para além da dicotomia, etnocêntrica, porquanto herdada da cultura do etnólogo, a ocidental, entre um sensível e um inteligível; entre a multiplicidade do sensível e a unidade do inteligível; e reconhecer, afinal, que há um mundo perfeitamente estruturado no interior de um pensamento feito de coisas alheias à idéia que fazemos do que seja “um pensamento”.

2.

Ora, mas é justamente sob o impacto da ultrapassagem dessa dicotomia pela idéia de uma “estrutura”, que se desfaz a base sobre a qual se poderia estranhar a designação “narradores do sensível” para um etnólogo e um fenomenólogo, e considerá-la “ingênua”. Ingênuo *seria* pensar que um estudioso tão afeto a uma “lógica das classificações” pudesse ser considerado “um narrador”, um mitógrafo, quem sabe. Simplesmente porque uma coisa seria a lógica, e outra bem diferente seria o mito que se dispersa pela vida dos povos e se reúne apenas pelas narrativas de uma tradição. Uma coisa *seria* a unidade da lógica; outra, a multiplicidade do mito. Mas o encontro com uma “lógica do concreto”, ou melhor, com a idéia de uma “estrutura” inteligível no interior da multiplicidade do sensível, estrutura capaz de dispensar, por seu próprio arranjo, o recurso à oposição entre um sujeito pensante e um objeto pensado, esse encontro trava o caminho daquela gélida oposição entre sensível e inteligível, e promete recolocar a questão da diferença entre o narrar e o pensar em uma posição para além de toda ingenuidade.

Em outras palavras, qualquer que tenha sido o desdobramento que Lévi-Strauss tenha dado a seu trabalho de pensamento, por que Merleau-Ponty se sentiu desde cedo atraído pela noção de “estrutura”? A resposta, que apenas nos interessa entender, vem do próprio fenomenólogo: “Com a noção de estrutura, diz ele, estabelece-se hoje um regime de pensamento cuja fortuna responde a uma carência humana em todos os domínios. A estrutura, presente fora de nós nos sistemas naturais e sociais, e em nós como função simbólica, indica para o filósofo um caminho fora da correlação sujeito-objeto que domina a filosofia de Descartes a Hegel” (MERLEAU-PONTY, 1975, p. 395). A estrutura, que inaugura um “regime de pensamento”, atende a uma carência humana e indica um caminho para a filosofia diferente do que ela vinha trilhando pelo menos até Hegel.

Esse “regime” inaugurado é aquele que por si desfaz o movimento anterior há pouco indicado, de traçar com cores fortes a diferença entre lógica e não-lógica, logos e mito, o que pode ser uma sacada crítica de análise do pensamento contemporâneo e o que se propõe como mera ingenuidade. Desfaz esse movimento porque instaura, no interior da diferença e da multiplicidade, uma unidade inteligível, mas uma unidade que dá a razão de ser e não desfaz aquela diferença e aquela multiplicidade. Isto quer dizer, enfim, que opor sujeito e objeto, logos e mito, inteligível e sensível, mais do que uma estratégia para fazer progredir o conhecimento humano, seria o testemunho material de uma falta, de uma carência; isto é, que fazemos essa oposição menos para conhecer-nos e às coisas do que para dá evidência a uma necessidade que não seria suprida senão quando nos puséssemos para além dessa oposição e de suas derivas. Mas compreender essa necessidade e cobri-la com o manto dessa nova noção, a de estrutura, é pôr em marcha o pensamento filosófico num caminho completamente outro.

Eis uma ressalva que impõe indagar, mesmo que desconfiemos de que seja, mesmo, a noção de estrutura o que irá nos salvar: que necessidade humana é essa, e por que a filosofia precisaria aceder a um caminho “fora da correlação sujeito-objeto”, e com isto, fora também da rígida distinção entre identidade e diferença, inteligível e sensível, logos e mito, ou pensamento e narração.

### 3.

É forçoso observar que, na modernidade, foi Kant o primeiro pensador que percebeu como urgente essa “necessidade humana” referida por Merleau-Ponty, quando buscou em uma crítica do juízo uma passagem subterrânea possível entre a natureza (o sensível) e a liberdade (o inteligível), que as duas críticas anteriores, da razão pura e da razão prática tão bem dissociaram; mas foi Hegel quem melhor a formulou, embora em termos restritivos, quando se pronunciou acerca da “necessidade *de* filosofia”, dizendo:

Quando o poder de unificação desaparece da vida do homem, e as antíteses perdem sua relação vital e reciprocidade e ganham independência, origina-se a necessidade da filosofia. Até aqui esta necessidade foi uma contingência; porém, sob a cisão dada, [...] a tentativa [...] de superar a oposição entre subjetividade e objetividade fixas e de conceber como um devir o ser-que-deveio do mundo intelectual e real [torna-se *necessária*] (HEGEL apud HABERMAS, 2000, p. 31).

Marx corrigiria Hegel para dizer que não seria a filosofia essa “tentativa necessária”, porém a revolução social. Mas, seja como for, está em jogo aqui algo que, se não é a filosofia que resolve, é ela que tem de pôr como problema: esse algo seria a necessidade de uma unificação entre sujeito e objeto, entre mundo real e mundo intelectual, que se inscreve na ordem de uma aspiração a uma vida dotada de sentido, emancipada, em uma palavra, não-violenta, porque se a violência começa por romper a unidade de uma vida particular, e se prolonga na instituição de um pensamento que se sustenta numa ruptura fundamental entre sujeito e objeto, ou antes, entre espírito e natureza, razão e mito, sensível e não-sensível.

A filosofia não foi apenas a instauradora dessa violência fundamental, afeita a cisões e mais cisões; ela também se reconhece nas tentativas de superá-las, a fim de encontrar um mundo em que não mais fosse necessário nenhum estranhamento, no sentido em que um cão feroz estranha alguém da família. A propósito, a palavra “família” aqui vem bem a calhar. No fundo se trata de mostrar, seja numa

lógica das classificações totêmicas, seja numa tentativa de filosofia desviada para uma rota fora das oposições comuns, trata-se de mostrar o ar familiar de que se compõe a totalidade das coisas que constituem a cultura e suas relações com o mundo natural. O reencontro com a natureza e, por meio dela, com o sensível, seria a estratégia mediante a qual se vislumbraria, sob a conciliação entre pensar e narrar, uma reconciliação possível para além da situação atual de violência, atualidade esta que já tem mais de trinta séculos, e diante da qual somos forçados a dar razão a quem disse que, apesar de toda a aparência, ainda vivemos na pré-história de nossa própria humanidade.

O pensamento de Merleau-Ponty, quando atento às possibilidades que a noção de “estrutura”, acenada por Lévi-Strauss, trazia, tinha, salvo engano, em mira justamente esse estado de humanidade em que ainda não vivemos senão por exceção, mas que nos cumpre desejar e procurar realizar como regra geral, o estado em que o mito não será o nome do que, sem razão, nos opomos com a razão, mas a tela ou a folha em branco na qual, displicentemente, pintamos ou narramos o sensível, e isto como uma forma legítima de, simplesmente, pensar; tanto quanto também a vida que partilhamos com os outros, os mais diferentes e afastados, como uma forma de, simplesmente, ser e estar no mundo e com o mundo.

P.S.: Pediram-me, na ocasião do Colóquio em que li esse texto, que dissesse que outro nome daria ao Colóquio “Narradores do Sensível”. Evidentemente, na ocasião não haveria cabimento nem mesmo condições pessoais para responder a isso. Depois de alguma meditação, porém, ocorreu-me o seguinte título: “Merleau-Ponty e Lévi-Strauss: Narradores do Inteligível e Pensadores do Sensível”. Que outro Colóquio nos coloque na situação de explicitar isso.

## REFERÊNCIAS

HABERMAS, J. **O discurso filosófico da modernidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

LEVI-STRAUSS, C. **O pensamento selvagem**. Campinas: Papyrus, 2007.

MERLEAU-PONTY, C. **Textos escolhidos**. São Paulo: Abril Cultural, 1975.